

RECURSO ESPECIAL Nº 1.761.038 - TO (2018/0211992-4)

RELATOR : **MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**
RECORRENTE : **MARCOS CARDOSO DOS SANTOS**
ADVOGADO : **RANIERY ANTONIO RODRIGUES DE MIRANDA E OUTRO(S) - TO004018**
RECORRENTE : **MUNICÍPIO DE ITAGUATINS**
ADVOGADOS : **JUVENAL KLAYBER COELHO - TO000182A**
DARLAN GOMES DE AGUIAR E OUTRO(S) - TO001625
RECORRIDO : **OS MESMOS**

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ART. 85, § 2º, DO CPC/2015. VALOR RAZOÁVEL. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADO. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por Marcos Cardoso dos Santos, com fundamento no artigo 105, III, “a” e “c”, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Tocantins, assim ementado (fls. 145-158, e-STJ):

EMENTA: APELAÇÕES. EMBARGOS À EXECUÇÃO. TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL. SENTENÇA COLETIVA. EXECUÇÃO INDIVIDUAL DE SENTENÇA. PRESCRIÇÃO NÃO VERIFICADA. QUITAÇÃO DA DÍVIDA NÃO COMPROVADA. ÔNUS DO INSURGENTE. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA. MAJORAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. RECURSOS IMPROVIDOS.

1. É de cinco anos o prazo prescricional para ajuizamento de execução individual de sentença proferida em ação civil pública, nos termos do artigo 1º do Decreto nº 20.910, de 1932, contado a partir do trânsito em julgado da sentença, consoante entendimento do Superior Tribunal de Justiça.
2. Não tendo sido comprovado pelo devedor o pagamento do crédito executado, ônus que lhe competia, mantém-se a rejeição dos embargos.
3. Considerando o grau de zelo do profissional, a natureza e a importância da causa, o trabalho realizado pelo patrono da parte vencedora e o tempo exigido para seu serviço, mantém-se os honorários de sucumbência, fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da execução.
4. Recursos conhecidos e improvidos.

Sem embargos de declaração.

Nas razões de sua irresignação, o recorrente alega, além de dissídio jurisprudencial, violação do artigo 85, §§ 2º e 8º, do CPC/2015, ao argumento de que os honorários advocatícios foram fixados na instância ordinária em valor irrisório, sendo que a “fixação da verba honorária há de ser feita com base em critérios que guardem a mínima correspondência com a responsabilidade assumida pelo advogado, sob pena de violação do princípio da justa remuneração do trabalho profissional” (fl. 204, e-STJ).

Ao final, requer o provimento do recurso, “a fim de majorar a verba honorária para um valor justo e condizente com a prática da advocacia” (fl. 210, e-STJ).

Com contrarrazões às fls. 218-230, e-STJ.

Juízo positivo de admissibilidade parcial às fls. 235-238, e-STJ.

É o relatório. Passo a decidir.

Cuida-se, na origem, de apelações interpostas, primeiramente, pelo Município de Itaguatins/TO, e, posteriormente, por Marcos Cardoso dos Santos, em face da sentença proferida pelo MM. Juiz de Direito da 1ª Escrivania Cível de Itaguatins/TO, nos autos dos Embargos à Execução nº 0001019-68.2015.827.2724, em que o Julgador *a quo* julgou improcedentes os Embargos do Devedor manejados pelo município em tela, condenando-o em custas e honorários advocatícios, arbitrados em 10% (dez por cento) do valor da execução (proveito econômico obtido, art. 85, §3º, I, CPC).

A irresignação não merece prosperar. Isso porque o Tribunal de origem assim manifestou-se sobre a questão (fls. 156-157):

[...]

Por sua vez, o exequente, ora segundo apelante, interpõe recurso almejando tão somente a majoração dos honorários sucumbências para o patamar de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), em observância ao critério da equidade previsto no § 8º do artigo 85 do Código de Processo Civil.

[...]

É cediço que, nos termos do artigo 85, § 2º, incisos I, II e III, § 3º e § 8º, do Código de Processo Civil/2015, de 2015, “nas causas em que a Fazenda Pública for vencida, a fixação de honorários será feita mediante apreciação equitativa do juiz”.

Na hipótese em análise, vislumbra-se que os honorários sucumbenciais foram fixados em 10% sobre o valor da execução de R\$ 2.635,12 (dois mil, seiscentos e trinta e cinco reais e doze centavos).

Deste modo, sem qualquer demérito ao trabalho exercido, impõe-se a manutenção da quantia fixada pelo magistrado, o qual se mostra suficiente para garantir a adequada remuneração ao advogado da requerida, sem imputar ônus desproporcional à parte sucumbente, haja vista que a demanda não possuiu alta complexidade, assim como não exigiu grande dispêndio de tempo e de trabalho do causídico, consoante o disposto no artigo 85, § 2º, do Código de Processo Civil, que estabelece:(...).

[...]

Nessa sentido, vale repisar que, conforme pacífica jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, só é permitido modificar valores fixados a título de honorários advocatícios se estes se mostrarem irrisórios ou exorbitantes, de modo a afrontar os parâmetros da razoabilidade.

No presente caso, constata-se que o Tribunal de origem examinou o acervo fático para concluir que a fixação da verba honorária em 10% (dez por cento) sobre o valor da execução retribui o trabalho do advogado, situação que impede a revisão nesta Corte, pois somente valores que fogem da razoabilidade são viáveis a flexibilizar o óbice da Súmula n. 7/STJ, o que não é o caso dos autos.

A propósito, confira:

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO RESCISÓRIA. CONTAGEM DO PRAZO DECADENCIAL BIENAL. SÚMULA 401/STJ. TERMO INICIAL: ÚLTIMO PRONUNCIAMENTO JUDICIAL. INAPLICABILIDADE DA SÚMULA 343/STF. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA FIXADOS EM DESFAVOR DA CONTRIBUINTE EM PATAMAR RAZOÁVEL. ALTERAÇÃO QUE REQUER O REVOLVIMENTO DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. INVIÁVEL NESSA SEDE RECURSAL. AGRAVO INTERNO DA EMPRESA A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. É firme a orientação desta Corte de que o prazo decadencial de 2 anos para o ajuizamento de Ação Rescisória tem início com o trânsito em julgado da última decisão proferida no processo, que se aperfeiçoa com o esgotamento dos recursos cabíveis ou com o decurso, in albis, dos prazos para sua interposição. 2. Nesse diapasão, configurado o trânsito em julgado da última decisão do processo, ainda que sem mérito, em 2008, e não havendo divergência jurisprudencial capaz de atrair o verbete sumular 343/STF, eis que a matéria restara pacificada no âmbito da Suprema Corte em 2007, nada a prover no recurso.

3. O STJ firmou a orientação de que a revisão do valor arbitrado pelas instâncias ordinárias a título de honorários de sucumbência só é admissível em situações excepcionais, quando se revelar manifestamente irrisório ou excessivo.

4. O critério para a fixação da verba honorária deve levar em conta, sobretudo, a razoabilidade do seu valor, em face do trabalho profissional advocatício efetivamente prestado, não devendo alhear-se a culminâncias desproporcionais e nem ser rebaixado a níveis claramente demeritórios, não sendo determinante para tanto apenas e somente o valor da causa; a remuneração do Advogado há de refletir, também, o nível de sua responsabilidade, não devendo se orientar, somente, pelo número ou pela extensão das peças processuais que elaborar ou apresentar.

5. O caso dos autos, entretanto, não comporta a exceção pretendida, uma vez fixados os honorários em patamar razoável, qual seja, de R\$ 50.000,00, numa causa cujo valor remontava a R\$ 3.513.636,31. Com efeito, fundado no acervo fático-probatório dos autos, o Tribunal de origem assentou que no caso dos autos, o procurador da Fazenda Nacional atuou com zelo profissional, produzindo peças e manifestações relevantes para a elucidação da causa, contudo o valor atribuído à causa é de R\$ 3.513.636,31 (três milhões quinhentos e treze mil seiscientos e trinta e seis reais e trinta e um centavos), fl.13, assim, em razão da complexidade da causa, entendendo razoável fixar honorários advocatícios em R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), sob pena de estabelecer valor exorbitante. Incide, assim, o enunciado 7 da Súmula de jurisprudência desta Corte.

6. Agravo Interno da Empresa a que se nega provimento. (AgInt no REsp 1425880/RS, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 26/06/2018).

Confira-se, ainda, os seguintes precedentes: AgRg no AREsp 664.134/PR, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 27/5/2016; AgInt no REsp 1.447.641/SP, Rel. Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe 31/5/2016; AgRg no AREsp 626.844/RJ, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 6/3/2015; AgRg nos EREsp 1.373.653/RS, Rel. Min. Laurita Vaz, Corte Especial, DJe 28/5/2014.

Anota-se, por fim, que o alegado dissídio jurisprudencial não foi demonstrado nos moldes estabelecidos nos artigos 1.029, §1º, do CPC/2015 e 255, §§ 1º e 2º do RISTJ, pois não foi realizado o devido cotejo analítico. Imprescindível a apresentação objetiva do dissídio entre os casos confrontados, identificando os trechos que os assemelhem, não se oferecendo, como suficiente, a simples transcrição de ementa ou voto.

Ante o exposto, **não conheço** do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 14 de fevereiro de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES

Relator

